

O ALUNO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO E O TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE O ALUNO TRABALHADOR, A EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO FÍSICA

Wladdenize Flaresso*
Wilson Aparecido da Mata**

Resumo

Tomando como ponto de partida o trabalho em sua dimensão ontológica e capitalista, com a finalidade de fundamentar algumas reflexões acerca do aluno trabalhador e a Educação Física. Este estudo teve a preocupação de acompanhar a evolução da Educação Física escolar desde a sua criação no séc. XIX. Para isso foi relevante também fazer uma abordagem histórica das relações entre a educação e corpo. Nessa perspectiva, aparece integrados com este processo real de vida, o pensamento sobre o corpo como fonte de existência individual e social de riqueza e que vão fundamentar a criação da Educação Física escolar no século passado, com a finalidade de preparar o homem, fisicamente para o trabalho. Para tanto, a fundamentação teórica se constitui basicamente na análise histórica do processo educacional e produtivo, tomando como pressuposto que a Educação Física e mais precisamente o aluno trabalhador vem sendo desprezado ao longo da história. Tais elementos auxiliam compreender o processo produtivo capitalista e sua relação com a Educação Física, servindo de instrumento norteador, para uma análise criteriosa da relação do corpo e por conseqüência, a Educação Física e as transformações no modo de produção capitalista.

Abstract

Taking as starting point the work in its ontologic and capitalist dimension, with the purpose to base some reflections concerning the diligent pupil and the Physical Education. This study it had the concern to follow the evolution of the pertaining to school Physical Education since its creation in séc. XIX. For this it was excellent also to make a historical boarding of the relations between the education and body. In this perspective, he appears integrated with this real

* Graduada em Educação Física com especialização em Saúde do Trabalho pela UFPR, professora da rede pública do Estado do Paraná

** Graduado em Educação Física e Mestre Em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, professor da UFPR, Setor Litoral. Orientador.

process of life, the thought on the body as source of individual survival and wealth and that they go to base the creation of the pertaining to school Physical Education on séc. past, with the purpose to physically prepare the man for the work. For in such a way, the theoretical recital if constitutes basically in the historical analysis of the educational and productive process, taking as estimated that the Physical Education and more necessarily the diligent pupil comes being rejected throughout history. Such elements assist to understand the capitalist productive process and its relation with the Physical Education, serving of basic instrument, for a reference analysis of the relation of the body and for consequence, the Physical Education and the transformations in the way of capitalist production.

Palavras – chave: Trabalho, Educação, Educação Física.

Introdução

A necessidade dos nossos jovens trabalharem desde cedo, fez com que a escola pública, mais precisamente do ensino noturno, se adaptasse a essa nova realidade para dar atendimento a essa clientela específica: o aluno trabalhador.

Este artigo tem como objeto de estudo o aluno trabalhador. Foi, organizado de maneira a apresentar os elementos fundamentais para análise do tema proposto através da compreensão da categoria trabalho como elemento fundamental para entender a relação da educação com o mundo do trabalho e a Educação Física.

O objetivo deste trabalho é evidenciar a importância da presença da Educação Física na escola para o aluno trabalhador fazendo uma análise sobre as formas de manifestação das práticas corporais no interior do processo de educação do corpo para a vida em sociedade e problematizar o modo como a disciplina está articulada com a materialidade do corpo para este aluno.

1. O trabalho para o aluno trabalhador

Entendendo que o aluno do Ensino Médio noturno, possui uma especificidade, pelo fato de ser um “trabalhador” e pela própria rotina diária de trabalho que realiza, é importante, para melhor compreensão, fazer uma análise mais profunda do trabalho como formador do próprio ser humano.

Trabalho pode ser definido como a relação do homem com a natureza através do ato consciente que transforma a natureza que transforma o ato consciente. Em outras palavras: o ser humano modifica a natureza para transformá-la em objetos de que necessita para garantir sua existência, através do trabalho.

Partimos deste conceito de trabalho por compreendê-lo como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana.

Seguindo a lógica do dualismo podemos dizer que quando o ser humano tenta explicar o universo ele o faz de duas maneiras. Na primeira, o homem entende que é ele quem determina o conhecimento e sendo assim pensamento seria o centro das idéias e o universo seria o resultado do pensamento. Na segunda maneira o homem nota que o universo é, já, uma realidade anterior existente antes do pensamento humano nascer. O universo seria uma materialidade que ao se relacionar com o pensamento surgiria o conhecimento. Isto quer dizer que só há a matéria e que mesmo quando a consciência e o pensamento tiverem desaparecido do mundo a matéria continuará existindo. (MATA, 2007).

No sentido ontológico, trabalho como práxis humana é a forma pela qual, o homem produz a si mesmo, na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, gera novos conhecimentos.

O homem interage com a natureza fazendo-o através do trabalho, instrumento material de sua atividade vital. Portanto, a natureza provê os ingredientes materiais de que o trabalho pode se utilizar e também os meios de subsistência física do ser humano. Mediante isso, o trabalho modifica a natureza produzindo as coisas que atendem às suas necessidades . “Por isso o trabalho é humanamente imprescindível ao homem desde sempre”. (FRIGOTTO, 2002, p.12).

Assim sendo, para a primeira maneira de explicar o universo, a condição básica para a vida humana buscar o conhecimento seria, logicamente, o pensamento. Já para a segunda maneira, a condição básica de buscar o conhecimento seriam as ações conscientes do homem sobre o mundo. E o ser humano age conscientemente sobre o mundo para suprir suas necessidades vitais (moradia, alimentação, sobrevivência e reprodução). Para isso ele estaria realizando uma ação que nada mais é que trabalho. Portanto, podemos afirmar que o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o homem”. (ENGELS, 1876, p.01).

A intervenção humana sobre o meio material difere o homem do animal, este vem projetado por sua natureza para não discernir a sua atividade vital de si mesmo e por isso não modifica suas condições de vida, adapta-se instintivamente ao meio em que está inserido. Os animais somente podem reproduzir a natureza, para si mesmos, enquanto que o homem pode reproduzir toda a natureza, criar e recriar, pela sua ação consciente, o que lhe confere liberdade e universalidade.

Não é outra categoria, senão o *trabalho*, que uma vez operada coloca em movimento a produção material do ser humano. É através dessa atividade que o homem responde à necessidade ontológica fundamental de existência com objetivo real corpóreo. Em relação às outras categorias constitutivas da vida humana, o *trabalho* tem precedência, ele é, portanto, do ponto de vista da ontologia do ser social, o momento fundamental, o momento predominante na processualidade do real. O *trabalho* é a categoria do ser social que tem um caráter eminentemente intermediário, ele é constituinte da inter-relação material entre homem e natureza. (SAVIANI, 2007).

Ora, se o trabalho é ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas, pode-se inferir que o trabalho e é um feito humano, que se desenvolve e se transforma ao longo do tempo, é um processo histórico.

A partir dessa constatação, temos a compreensão de que o trabalho cria o valor de uso: criador e mantenedor da vida humana em suas várias necessidades, e como resultado desse entendimento, o trabalho é princípio

educativo. Ele é tanto o trabalho envolvido no processo de produção da sociedade quanto o trabalho concreto na sociedade vigente socialmente determinado. (FRIGOTTO, 2002).

Não havia a divisão em classes, tudo era feito em comum. Porém, com o desenvolvimento da produção, surgiu a divisão do trabalho e conseqüentemente a apropriação privada da terra, diferentemente pelos homens, fazendo surgir a divisão dos homens em classes e o aparecimento de duas classes sociais: a dos proprietários e a dos não proprietários.

A partir do advento da sociedade de classes tornou possível aos proprietários viver do trabalho alheio, do trabalho dos não proprietários, que passaram a ter a obrigação de, com o seu trabalho manterem-se a si e aos proprietários das terras

O desenvolvimento do Capitalismo marca a existência de duas classes fundamentais antagônicas entre si, o trabalhador que vende a sua força de trabalho ao Capitalista e este que detém os meios de produção. Neste sistema, o próprio trabalhador é transformado em uma forma particular de mercadoria. O trabalho apresenta-se ao homem como meio de garantir sua subsistência e não como uma maneira de realização e de produção humanas.

Através do trabalho, por causa da divisão que provoca, surge a separação entre atividades intelectuais e manuais. A centralidade do trabalho na formação social existente propicia também a alienação dos homens do próprio processo de trabalho, subordinando-os em vez de possibilitar que, por seu intermédio, se formem enquanto sujeitos, isto quer dizer que a realização do trabalho, como o trabalho que se manifesta em um objeto, em um instrumento, que produz as condições de vida material e que, através dele, transforma a natureza, constitui-se em instrumentos de desumanização e de dominação do homem, levando-o a um processo de alienação.

O termo alienação é usado em várias áreas do conhecimento como em direito, psicologia, sociologia, onde possui várias significações. A palavra alienar vem do latim e significa “transferir a outrem o seu direito da propriedade”. (FRIGOTTO, 2002, p.17).

Na sociedade capitalista, o processo de alienação atinge vários segmentos da vida humana, estando presente nas relações das pessoas com o

trabalho, consigo mesma, com a família e com o lazer. Ao executar a rotina do trabalho alienado, o ser humano vai se submetendo ao sistema de produção, sem desfrutar dos benefícios amplos de sua atividade.

O trabalho alienado capitalista produz para satisfazer as necessidades do mercado e não propriamente do trabalhador. Dessa forma, surge a desvalorização do trabalhador diante do trabalho que realiza e da mercadoria que produz. Pois com o salário que ganha, o trabalhador não consegue comprar os produtos que ele mesmo produziu, se tornando um mero instrumento para quem detém o poder de compra. Inversamente à desvalorização do trabalhador, ocorre a valorização do trabalho, onde o produto é mais valorizado do que quem colaborou para sua produção.

Marx (1932), expõe quatro formas de alienação: a primeira é a relação do trabalhador aos objetos da sua produção. O objeto que ele produz lhe é “estranho”. O homem sente-se livre apenas nas suas funções básicas de comer, beber e dormir. Na segunda forma de alienação, o trabalhador produz não para se realizar, mas porque tem que produzir. Como consequência a terceira forma de alienação está relacionada ao produzir por produzir, sem saber porque está produzindo e novamente como consequência, em quarto lugar, a alienação do homem em relação ao homem.

O que fica claro é que a alienação é um fortalecimento para a divisão de classes: proprietários e trabalhadores na propriedade, facilitando o acúmulo de bens nas mãos de poucas pessoas. E esta divisão existe ainda hoje no mundo capitalista moderno, onde muitos têm pouco e poucos têm muito. Na sociedade atual, o que mascara essa situação de desigualdade é a legalização através do contrato de trabalho. Ao assinarem um contrato, a classe dominante passa a idéia de que, o patrão e o trabalhador terão as mesmas condições, porém, a situação de patrão, comprador de sua força de trabalho, e a do trabalhador vendedor de sua força de trabalho, estabelece uma relação de classe profundamente desigual, ou seja, é a “legalização da desigualdade ou exploração legalizada”. (FRIGOTTO, 2002, p.19).

Algumas categorias de trabalhadores conseguem se organizar e formar seus sindicatos. E é de acordo com a organização dos trabalhadores, em

sindicatos e entidades, onde os trabalhadores lutam e reivindicam leis que lhes garantam direitos e melhoria nas condições de trabalho.

Portanto, se vivemos num sistema capitalista, dependente, hierarquizado em níveis sociais, não só a escola, como também o homem, o corpo, e suas manifestações culturais, serão produtos ou subprodutos das estruturas que caracterizam este sistema.

O desenvolvimento tecnológico criou novos processos de trabalho e novos indicadores acerca do trabalho na modernidade, como por exemplo, a terceirização, onde não há nenhum vínculo empregatício; a falta de preparo do trabalhador (faz de tudo um pouco) e a contratação de trabalhos temporários não implementando os direitos trabalhistas. Pode-se notar que a organização flexível da produção implanta uma situação em que “os direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são gradativamente substituídos e eliminados” (TASSIGNY, 2002, p.103).

O que se esconde nas modernas formas de flexibilidade consiste em três elementos: “reinvenção descontínua de instituições; especialização flexível de produção e concentração de poder sem centralização”. (SENNETT, 2005, p. 54). Ocorre que detectar o que é pertinente a cada uma dessas categorias pode ser do nosso conhecimento, porém perceber o que está posto por detrás é mais difícil. Em vez de originar condições que libertem o trabalhador, a busca pela flexibilidade e a criação de não rotina de trabalho, produzem estruturas de poder e controle.

Todos esses aspectos reforçam a presença do trabalho alienado na sociedade atual, ou seja, o trabalho em geral como criador do valor de uso e criador de valor de troca (trabalho abstrato), continua sendo o princípio da sociabilidade contemporânea. Também é verdade que na complexidade da moderna indústria, a tecnologia aumenta a produção e portanto já não se pode mais analisar o mundo do trabalho somente a partir da exploração do operário e sim do sistema como um todo.

Tendo a compreensão de que há uma redefinição no mundo do trabalho, gerada por vários fatores no decorrer dos últimos anos, não se pode, esquecer da fundamental importância da educação, como elemento norteador destas relações. Dentro do sistema capitalista, a subordinação nem sempre é de fácil

assimilação, assim as relações sociais capitalistas podem ser explicitadas no âmbito das relações entre a sociedade e os processos educativos, e destes com o processo produtivo. “Por ser o trabalho o pressuposto fundante do devenir humano, ele é o princípio educativo e, portanto, é fundamental que todo o ser humano, desde a mais tenra idade, socialize este pressuposto” (FRIGOTTO, 2000 p.32).

2. A educação e o aluno trabalhador

Unir trabalho e educação é colocar em questão a concepção global dos processos de formação humana, porque é neste momento histórico que foram separados e tidos como diferentes, pois, o processo de interiorização ou aprendizagem das relações sociais de produção é primordial numa instituição de ensino, e este é confundido com a educação propriamente dita, tanto que, quando pensamos em educação, logo, pensamos em escola. (SAVIANI, 2007).

Porém não podemos reduzir a educação à questão escolar, pois o processo educacional não ocorre somente nos bancos escolares. A escola formal e sistematizada nem sempre existiu, no entanto os povos primitivos educaram, transmitiram para as novas gerações o comportamento e os valores necessários à preservação de sua existência diante do conhecimento que tinham do mundo. O ensino formal como conhecemos é uma criação da nossa sociedade e consiste apenas em um dos instrumentos pelos quais o processo educacional se concretiza.

Para explicar melhor como isto ocorre, é preciso remontar às origens do homem, onde para existir ele deve produzir sua própria vida, adaptando a natureza a si, transformando-a para suprir suas necessidades, e adaptando-se à natureza, por sua vez. Isto quer dizer que, o homem não nasce homem, ele constrói-se como homem. Portanto, a produção do homem é ao mesmo tempo a sua formação, isto é um processo educativo, ou seja, a educação coincide com as origens do próprio homem. “Os homens aprendiam a produzir sua

existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando”. (SAVIANI, 2007, p. 154).

A educação que era atendida plenamente através do processo do trabalho, passa também por uma divisão: educação para a classe proprietária e a educação para a classe não proprietária. E é aí que está localizada a origem da escola. Só freqüentava a escola as classes ociosas, ou seja, a classe dominante, a classe dos proprietários. Em contra partida a grande maioria continuava sendo educada pelo próprio trabalho, através de um processo de interação social. A primeira estava ligada nas atividades intelectuais e a segunda nas atividades manuais e serviços.

Segundo Saviani, a escola está ligada a este processo, ligada às necessidades do progresso, ligada ao papel político, enquanto formação para a cidadania e formação do cidadão, para ele a educação também é uma atividade produtiva porque tudo passa pela produção da existência humana, para a garantia da existência. (SAVIANI, 1994, p.149).

Nossos sistemas de ensino, passaram por várias reformas educacionais de caráter político com discursos de integrar o ensino público brasileiro. Sabemos que os alunos das escolas públicas são oriundos da classe dos não proprietários, dos trabalhadores, necessitando ingressarem no mercado de trabalho, muitas vezes, mesmo antes de terem concluído a educação básica. (FERRETI, 2000).

Os alunos do Ensino Médio noturno das escolas públicas tornam-se precocemente trabalhadores, pois necessitam do seu salário para ajudar no orçamento em casa e muitas vezes para o seu próprio sustento.

O diferencial do Ensino Médio noturno é, sem dúvida, o **trabalho**. Para esses jovens trabalhadores o que caracteriza a vida é o **trabalho**; através do **trabalho** eles fixam os limites de estudo, de lazer e de descanso. Desta forma se percebe as dificuldades destes alunos para se manterem neste processo.

Por um lado, a escola detém este aluno, tornando-se a principal via de acesso para se manter no mercado de trabalho, mas por outro lado, coloca-o, em situação de desespero quando ele percebe que só a escola já não basta, pois a escola é a parte mais importante no conjunto de relações responsáveis pela produção e distribuição do conhecimento.

O desenvolvimento recente das forças produtivas, tanto sob a forma de um novo patamar tecnológico quanto pela inclusão de novos espaços de intervenção produtiva (cibernética e automação) gerou novos processos de trabalho e novas referências de interpretação acerca do trabalho na modernidade. “Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital” (ANTUNES, 2000, p.23).

A educação é mais amplamente formação humana enquanto práticas constituídas e constituintes das relações sociais, não avançam de forma arbitrária, mas de forma necessária e, orgânica com o conjunto das práticas sociais fundamentais. (FRIGOTTO, 2000, p.191).

Desta forma, temos a compreensão que trabalho e educação são indissociáveis e dependentes. É uma relação que vai além da escolaridade que se estabelece nos processos produtivos. Isto quer dizer que os conhecimentos adquiridos pelo aluno trabalhador através de diferentes processos e instituições sociais, que somados às suas habilidades, também adquiridas socialmente, de sua visão de mundo, constituem um conjunto de saberes e habilidades que contribuem para a sua formação.

3. A relevância da análise do corpo para o aluno trabalhador

A intenção de estudar o aluno trabalhador, a educação e a Educação Física, conduziram-nos a analisar questões relativas ao corpo, tendo em vista que nas propostas pedagógicas para esta disciplina, encontramos temas como “cultura corporal”, “corporeidade”, “corporalidade”, “movimento humano” (vale ressaltar que este último é a tendência predominante), como sendo o objeto da Educação Física, ou seja, o corpo humano de uma forma ou de outra, está presente nessas reflexões vindo, então, dessa forma ao encontro da análise das relações entre corpo e trabalho.

Ao longo da história, o corpo representou diferentes papéis, adquiriu significados e foi utilizado, como instrumento de poder e de veiculação de ideologias dominantes. Segundo Soares (2004), o século XIX, foi referência para a compreensão do processo evolutivo da prática corporal em relação à perspectiva de homem e sociedade, que foi quando se efetivou o capitalismo na Europa. Desde a Ginástica (denominação inicial para esta prática), até a Educação Física dos nossos dias, esta prática foi e é compreendida como importante modelo de educação corporal que integra o discurso do poder.

No entanto, as mudanças na indústria, substituindo o vapor pela energia elétrica, o ferro pelo aço, e com o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, não sofreram somente transformações de ordem técnicas, mas, principalmente, mudanças sociais. É nessas circunstâncias, em que a ciência é totalmente subsumida ao capital, se coloca a racionalização no trabalho e inicia o controle de tempos e movimentos operários, visando, uma maior economia de gestos, que tinha por finalidade a diminuição da porosidade da jornada diária, levando ao aumento da produtividade do trabalho.

Inicia-se, a linha de montagem e elimina os tempos mortos da produção, transformando-os em tempos produtivos, tornando o ritmo do trabalho mais homogêneo. Nesse período já diminuía o discurso de que havia resistência ao trabalho por causa de indolência, fadiga e preguiça. A intenção de incentivar a saúde da população visava aumentar a capacidade de resistência do corpo ao trabalho. Vale lembrar que a Educação Física foi fundada nesse contexto, dentro da área médica, para que os corpos adquirissem resistência física e mental na luta contra a fadiga e a neurastenia. Os estudos das ciências biológicas sobre o corpo buscavam, através da Educação Física, um domínio mais eficiente que por conseqüência aumentasse a eficácia mecânica corporal, ou seja, formar corpos saudáveis que proporcionassem uma melhor adaptação dos sujeitos ao processo produtivo. (DCEPR, 2006).

Podemos dizer que este processo atravessou o século XX com as divisões e fragmentações. Muitas vezes nos confundindo na teoria e na prática. A certeza é que as bases mecanicistas deste contexto estão tramadas, tecidas e até hoje ecoam na sociedade pós-moderna.

No século XXI, o grande crescimento tecnológico no mundo do trabalho trouxe-nos um avanço também na facilitação do nosso cotidiano, porém, essas transformações atingem de maneira cruel o mundo do trabalho e do corpo: Alta competitividade, desaparecimento de várias funções e de papéis, alto nível de desemprego, os salários passam a ser atrelados à produtividade e não mais às horas de trabalho, facilitando a terceirização informal que tira dos trabalhadores o poder de lutar por seus direitos. A alta tecnologia provoca o individualismo, o aumento da violência, os altos índices de estresse e depressão. Não existe mais tempo livre. Trabalho e tempo livre fazem parte da produtividade, pois, os trabalhadores gastam seu salário em seu tempo livre: consumindo.

O corpo, na lógica capitalista, é visto como mercadoria, onde há um peso decisivo da estrutura sócio-econômica que define, de certa forma, os limites da nossa estrutura corpórea. O corpo, concretamente e na forma como se representa acompanha as nuances fornecidas pelo modo de produção capitalista. Desde a gestação somos modelados pelos valores vigentes, pela cultura, pela situação econômica a qual pertencemos, e dentro dessa realidade vivemos, sobrevivemos e morremos. O corpo humano deve ser entendido como sendo o próprio homem e como tal não pode ser somente um objeto, mas sim o sujeito, o produtor e o criador da história.

Para analisarmos a contribuição da Educação Física para a educação do corpo do aluno trabalhador precisamos entender que a Educação Física é uma disciplina escolar que se relaciona com o corpo e com os movimentos do ser humano na sua articulação com os fenômenos sociais, assumindo historicamente e dialeticamente sua relação com a sociedade.

4. A Educação Física desconsidera o aluno trabalhador

Quando se fala em Educação Física forma-se logo no pensamento a imagem de movimento ou locomoção. Isso remete à história da humanidade, pois o homem primitivo para se defender ou atacar era obrigado a saltar, correr, trepar, lançar e nadar.

Em decorrência dessa prática, o ser humano inicia inconscientemente um adestramento do corpo, melhorando, através de milhões de anos, o seu

desempenho físico para vencer a luta pela vida. Portanto, o elevado grau de desenvolvimento físico, decorrente do trabalho, são provas de que os exercícios físicos, nasceram das necessidades de lidar com o meio ambiente hostil.

Porém, para este artigo, a análise histórica desta disciplina inicia-se a partir das transformações sociais do século XIX no Brasil, entre elas podemos destacar o fim da exploração escrava, o crescimento das cidades, a política de incentivo à imigração e o estabelecimento de uma nova ordem social que se adequasse ao modo de vida no modelo econômico e por julgar que é neste século que se formam conceitos básicos sobre o corpo e sobre a sua aplicação como força de trabalho.

É neste período que se concretiza a burguesia como classe e seu oponente histórico: a classe operária. Para manter a sua condição de superioridade a burguesia precisa investir na construção de um novo homem para suportar as transformações sociais que estavam ocorrendo. (SOARES, 2004).

A efetivação da construção desse novo homem se viabiliza em todas as instâncias, de todas as formas, em todos os espaços, ou seja, no campo, na fábrica, na família, na escola. Neste período a expressão física da sociedade e do capital é a Educação Física, pois, propaga gestos automatizados, disciplinados, corpo saudável e torna-se receita e remédio para curar os homens das doenças e da preguiça, portanto, está relacionada à construção da nova sociedade. Uma sociedade baseada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, na qual haveria um mercado livre da força de trabalho, estava se concretizando a ascensão do capitalismo. Neste contexto a Educação Física aparece com seu conteúdo relacionado à medicina e à higiene, e focada ao corpo biológico. Os profissionais da área da saúde, influenciaram diretamente os conhecimentos necessários para o desenvolvimento da Educação Física, uma estratégia a mais para a construção deste “novo homem”, sujeito do capital. (SOARES, 2004).

A burguesia tinha a clareza de que a força física do trabalhador interfere em seu desempenho, bem como, o preparo físico, era fundamental para a prosperidade e efetivação do capitalismo. Com avanço da industrialização,

tornou-se essencial que os trabalhadores tivessem o mínimo de conhecimento para manejar e colocar em funcionamento as máquinas. Faz-se necessária então, a instituição escolar. Para Soares (2004), entre as instituições sociais que contribuíram para a disciplinarização da classe trabalhadora, a instituição escolar foi uma delas. “As políticas de educação escolar juntamente com as políticas de saúde com suas expressões higienista e sanitarista, completam o cerco ao trabalhador”. (SOARES, 2004, p.34).

Ainda no final do século XIX, ocorreu *A Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública*, no ano de 1882, ao qual Rui Barbosa, deputado geral do Império, emitiu, um parecer sobre a importância da ginástica para o cidadão tornando-a obrigatória nos componentes curriculares, cuja origem foi fortemente influenciada pelas instituições militares e médicas, emergentes dos séculos XIII e XIX. O objetivo era adquirir, conservar e promover a saúde, doutrinar, dominar e conter os ímpetos das classes populares por meio de exercícios físicos. (DCEPR, 2006). Além desses objetivos a Educação Física seguiu à risca os princípios higienistas. Devido aos altos índices de mortalidade infantil, e das precárias condições de saúde, a higiene colocou para a família, uma Educação Física inspirada nos preceitos sanitários da época, atribuindo-lhe um papel de suma importância, que era o de criar um corpo forte, saudável e robusto em oposição ao corpo relapso, flácido e doentio. (CASTELLANI, 1994).

Percebeu-se que para a efetivação de uma nova nação era necessária a formação de corpos saudáveis, prontos para defender a pátria e lutar por seus ideais. A Educação Física, afirma-se neste período, como exclusivamente prática destinada ao desenvolvimento da aptidão física dos indivíduos.

É importante enfatizar que a Educação Física foi historicamente acoplada ao currículo escolar como prática ou atividade para educação racional dos corpos. Castellani, afirma que:

A Educação Física enquanto matéria curricular incorporada aos currículos sob a forma de atividade justifica sua presença na instituição escolar, não como um campo do conhecimento dotado de um saber que lhe é próprio, específico – cuja apreensão por parte dos alunos refletiria parte essencial da formação integral dos mesmos, sem a qual, esta não de daria – mas sim enquanto uma

mera experiência limitada em si mesma, destituída do exercício da sistematização e compreensão do conhecimento, existente apenas empiricamente. (CASTELLANI, 1994, p.108).

Certamente os conflitos existentes ajudaram os intelectuais e políticos, da época, a pensarem que a construção e o progresso de uma nação dependem da “educação intelectual, moral e física” do povo. Com isso foi pensado em um novo modelo educacional, não apenas para ensinar as crianças, mas para educá-las nas boas maneiras e dar-lhes uma profissão. A intenção era ao invés de analfabetos nas fábricas, deveria haver teria um trabalhador preparado para exercer sua função com inteligência e aptidão. Essas concepções nortearam a forma de conceber e ensinar esta disciplina na escola.

Antes da promulgação da LDBEN nº. 9.394/1996, os sistemas de ensino no Brasil eram regidos pela LDBEN nº. 5.692/1971, que estabelecia em seu artigo 7 que era obrigatória a inclusão da Educação Física nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus. Em paralelo, o Decreto nº. 69.450/1971, regulamentava a Educação Física e tornava facultativa a participação nas aulas de Educação Física em algumas situações e para os alunos que trabalhavam por seis ou mais horas. Essa condição de exclusão ao aluno trabalhador parece mesmo acompanhar a sua história no campo pedagógico, pois na LDBEN nº. 4.024/1961, em seu artigo 22, parágrafo único também constava que os alunos do noturno poderiam ser dispensados da prática da Educação Física. Atualmente, a Educação Física é componente curricular da educação conforme estabelecido pela LDBEN nº. 9.394/96, e continua sendo facultativa a participação nas aulas nos cursos noturnos. Foi, portanto, neste contexto, que a Educação Física efetivou sua trajetória escolar, passando por vários decretos, leis e reformas de ensino até os dias de hoje.

As Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná para a disciplina de Educação Física, é o documento oficial que traçam as estratégias que visam nortear o trabalho do professor e garantir a apropriação do conhecimento pelos estudantes da rede pública. Tais diretrizes, nos mostram várias propostas de encaminhamento metodológico fundadas no materialismo histórico, cujos

princípios apresentam uma profunda reflexão e crítica a respeito das estruturas sociais e suas desigualdades, inerentes ao funcionamento da sociedade. Entre elas, relacionando com a nossa temática, destacamos a proposta de que a educação física inclua a reflexão sobre a superação de uma visão fragmentada de homem e que permita entender o corpo em sua complexidade, pois entendemos que nas relações com o mundo do trabalho é impossível desconsiderar o corpo humano. Porém este documento aponta apenas para a o Ensino Fundamental a relação do corpo com o mundo do trabalho, que segundo ele, seria possível estudar o desgaste do corpo, o trabalho escravo e as grandes jornadas de trabalho. (DCEPR, Educação Física). Este artigo defende a importância de se incluir no processo pedagógico das Diretrizes curriculares do Estado do Paraná a análise da corporalidade e o mundo do trabalho, também e principalmente para o Ensino Médio, pois é nesta etapa escolar que se encontra o maior número de alunos trabalhadores.

Conclusão

A partir dessas considerações, esperamos colaborar para a construção de um entendimento sobre a relevância da análise da categoria trabalho a fim de contemplar este complexo relacionamento entre educação, trabalho e Educação Física. Essa relação é também uma modalidade educativa, a ser pensada numa sociedade capitalista. Sempre esteve articulada com os desafios mais amplos desse modo de produção e com a totalidade do processo histórico da construção das sociedades pelo homem. Pensar a educação e a Educação Física é também pensar a sociedade. Evidenciamos que não há como desmembrar essa discussão. Com isso, tais elementos nos permitem compreender a educação enquanto um processo, um produto histórico, frente às condições sociais, culturais e econômicas existentes nos diversos momentos que ela se expressa.

Este estudo nos permitiu entender que a prática regular da Educação Física coopera na formação do aluno trabalhador tanto para a sua vida social geral como para sua vida enquanto trabalhador. Desta forma a Educação Física pode ser um elemento propiciador de socialização do aluno trabalhador no

ambiente que se insere, como também um elemento de sensibilização do “corpo trabalhador”, na medida em que busca contribuir de forma sistemática para a formação integral do ser humano e colabora efetivamente para o aprimoramento das propostas pedagógicas que objetivam diminuir os efeitos negativos da alienação produzida pelo trabalho sob o modo de produção capitalista.

A consciência corporal na sua totalidade, é imprescindível para o aluno trabalhador acreditar em si mesmo e buscar sua autonomia. O que ocorre, contraditoriamente, é a repressão corporal, em favor de um sistema capitalista, que sempre está mais interessado em alienar do que conscientizar os seres humanos. A consciência do corpo não está desvinculada da consciência de classe, necessária para buscar uma vida mais saudável, contra tudo que os impede de alcançá-la. A ideologia de classes dominantes é utilizada para colocar o ideal em patamares quase inacessíveis para a maioria das pessoas, incutindo na consciência, no comportamento e no corpo delas, os princípios e conceitos básicos que vão favorecer a sua própria dominação.

O uso do movimento que o aluno trabalhador fará, não será determinado pela condição física ou habilidade desportiva, mas sim, pelos valores e normas de comportamentos embutidos pela condição econômica e pela divisão de classes de nossa sociedade. Quando este aluno executa um movimento num jogo, além de repercutir em todas as dimensões de seu comportamento, conduz e incute determinados valores e normas de conduta, para além da aprendizagem motora, da aptidão física, desmistificando as diferenças encobertas, ideologicamente, pela condição social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Federal 5692/71, 11 de agosto de 1971. Reforma do ensino: diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1981

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, de 20/12/1996

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CASTELLANI, Lino Filho. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. 4ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

ENGELS, Friederich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 1 ed: Neue Zeit, 1896. Também disponível em: <http://www.marxists.org/portugueses/marx/1876/otrabalhonatransformaçãodomacacoemhomem>.

ENQUITA, Mariano F. **Trabalho, escola e ideologia**. Marx e a Crítica da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FERRETTI, Celso J; FRANCO, Maria Laura P. B; MADEIRA, Felícia R; ZIBAS, Dagmar M. L. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, Vozes, 1994.

FERRETTI, Celso J; **Mudanças em sistemas estaduais de ensino em face das reformas no Ensino Médio e no ensino Técnico**. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 70, p.80-99, abril 2000.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In FRIGOTO, G., CIAVATTA, M. (Orgs). **A experiência do trabalho e a educação básica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: CPCA, 2002.

GENTILI, Pablo. (Org.) **Pedagogia da exclusão**. Crítica ao neoliberalismo em educação. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOELLNER, Silvana V. (Org.) **Educação Física / Ciências do Esporte: Intervenção e Conhecimento**. Florianópolis; Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999.

HEROLD, Carlos Jr. **Da instrução à educação do corpo: o caráter público da Educação Física e a luta pela modernização do Brasil no século XIX. (1880 – 1915)**. Educar em Revista, Curitiba, nº 25, p.237 – 255, jan./jun. 2005.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica**. As relações de produção e a educação do trabalhador. 1ª ed. São Paulo: Cortez. 1985.

MARXS, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Primeiro manuscrito. Trabalho alienado. 1ª ed. 1932. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>. Acessado em 11 de novembro de 2008.

MATA, Vilson A. e ORVATH, Ednéia F. **Educação Física Escolar e Corpo: Propostas Metodológicas e PCN**. In: Iniciação Científica. CESUMAR, Jan./Jun. 2007, v. 09, n.01, p. 13-26.

MEDINA, João Paulo S. **A educação física cuida do corpo... e"mente"**. 12ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

_____. **O brasileiro e seu corpo: educação e política do corpo**. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.

SAVIANI, Dermeval. O Trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. J. (Org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação : um debate multidisciplinar**. Petrópolis: RJ: Vozes. 1994.

_____. **Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos**. Revista Brasileira de Educação, jan-abril. vol.12, número 034. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, pp. 152-165, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública da Educação Básica do estado do Paraná**. Curitiba, 2006.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SOARES, Carmem L. (Org.) **Corpo e História**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. **Educação física: raízes européias e Brasil**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

TASSIGNY, Mônica M. **Reflexões e controvérsias sobre a categoria Ontológica do trabalho**. Revista Humanidades, Fortaleza, v.17, nº 2, p. 102 – 112, ago./dez. 2002. Disponível em :[HTTP://unifor.br/notitia/file/1514.pdf](http://unifor.br/notitia/file/1514.pdf) . Acessado em 23 ago. 2008.

UGARTE. Maria C. D. **O Corpo utilitário: da revolução industrial à revolução da informação**. In: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador Ponta

Grossa, PR. Disponível em:
[HTTP://www.pg.cefetpr.br/ppgepEbook/cdSimposio/artigos/mesaredonda/art5.pdf](http://www.pg.cefetpr.br/ppgepEbook/cdSimposio/artigos/mesaredonda/art5.pdf).
Acessado em 11 nov. 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública da Educação Básica do estado do Paraná.** Curitiba, 2006.